



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR ELEITORAL RELATOR,
EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO SUL**

Recurso Criminal nº 0600091-39.2021.6.21.0090

Procedência: GUAÍBA - RS (90ª ZONA ELEITORAL)
Recorrente: SAMUEL DOS SANTOS SAWIAK
Recorrido: MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL
Relator: DES. LUIS ALBERTO DAZEVEDO AURVALLE

PARECER

ELEIÇÕES 2016. LEI Nº 9.504/97, ART. 39, § 5º, III. DIVULGAÇÃO DE PROPAGANDA DE CANDIDATO NA DATA DO PLEITO. PRELIMINARES PROCESSUAIS. CERTIFICAÇÃO DA INTIMAÇÃO DA SENTENÇA CONDENATÓRIA PARA RÉU QUE NÃO CONSTITUIU DEFENSOR E FOI DECLARADO REVEL. INTEGRALIZAÇÃO DAS CONTRARRAZÕES RECURSAIS. DIGITALIZAÇÃO DA FL. 113 DOS AUTOS FÍSICOS. DEFENSOR DATIVO LICENCIADO. EXPEDIÇÃO DE OFÍCIO À OAB-RS PARA QUE INFORME A DATA DE INÍCIO DA LICENÇA. PRELIMINAR DE MÉRITO. AUSÊNCIA DE PRESCRIÇÃO. MÉRITO. DISTRIBUIÇÃO DE PROPAGANDA NA DATA DO PLEITO. FLAGRANTE. LAVRATURA DE AUTOS DE INFRAÇÃO E APREENSÃO NA HORA E NO LOCAL DO FATO. 101 SANTINHOS, DOS QUAIS 4-5 EM MÃOS E O RESTANTE NO BOLSO DA BERMUDA. AUTORIA E MATERIALIDADE COMPROVADAS.

Parecer, (1) preliminarmente, pela realização das seguintes diligências: (1.1) baixa dos autos à origem, a fim de que o Cartório Eleitoral da 90ª Zona Eleitoral (1.1.1) certifique se o réu foi pessoalmente intimado da sentença, e, em caso negativo, para que proceda à intimação editalícia, na forma do art. 392, IV, do CPP; (1.1.2) promova a digitalização do verso da fl. 113 dos autos físicos e a inclua no PJE; e (1.2) expedição de ofício à OAB-RS, para que informe a data de início do licenciamento de Felipe Dias Souza, inscrito na OAB-RS sob o nº 110521; e (2) no mérito, pelo desprovimento do recurso da defesa, a fim de que seja integralmente mantida a sentença condenatória.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

I – RELATÓRIO.

Trata-se de recurso interposto contra sentença (fls. 106-110 do PDF) que julgou procedente a denúncia para condenar SAMUEL DOS SANTOS SAWIAK à pena de seis meses de detenção, em regime aberto, substituída por prestação de serviços à comunidade pelo mesmo período, em razão da prática do crime de propaganda eleitoral na data do pleito (Lei nº 9.504/97, art. 39, § 5º, III).

Nas razões recursais, o defensor dativo sustenta insuficiência probatória para condenação (fls. 118-122 do PDF). A Defensoria Pública da União, nomeada para atuação em segundo grau de jurisdição, pormenoriza o argumento, aduzindo que o réu foi meramente avistado com santinhos, não tendo sido mencionada a presença de eleitor, necessária para configuração do tipo penal (ID 44868492).

Com contrarrazões (fls. 127-128 do PDF), os autos foram digitalizados (fl. 03 do PDF, encaminhados ao TRE-RS e, ato contínuo, vieram à PRE para emissão de parecer (ID 44886885).

II – FUNDAMENTAÇÃO.

II.1 Preliminares processuais.

O defensor dativo foi intimado, com carga dos autos, em 19.12.2019, e o recurso foi interposto somente em 22.01.2020 (fls. 111 e 116 do PDF), após ultrapassado o decêndio legal (CE, art. 362). Não obstante, considerando que o mandado de intimação do réu foi expedido em 20.01.2020 (ID 43138683, fl. 1), o recurso é tempestivo, nos termos do art. 798, paragrafo 5º, “c”, do CPP.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

O réu, regularmente intimado, inclusive pessoalmente, deixou de comparecer a quatro audiências preliminares, sendo sua conduta processual considerada incompatível com a aceitação dos benefícios da Lei nº 9.099/95 devidamente ofertados pelo MPE (fls. 07, 21, 23-4, 27, 32, 34-5, 43-44, 49, 53, 55 e 57 do PDF).

Além disso, o réu, regularmente intimado, deixou de comparecer à audiência de instrução, razão pela qual não foi interrogado, tendo sido decretada sua revelia (fls. 77, 83 e 89 do PDF).

No que tange à intimação do réu acerca da prolação da sentença condenatória, observa-se haver notícia da expedição de mandado de intimação pessoal (fls. 113 e 115 do PDF), contudo não localizamos referência ao seu cumprimento.

De acordo com art. 392, IV, do CPP, *“a intimação da sentença será feita: (...) VI - mediante edital, se o réu, não tendo constituído defensor, não for encontrado, e assim o certificar o oficial de justiça”*.

Logo, imprescindível à regularidade processual sejam os autos baixados em diligência, a fim de que o Cartório Eleitoral da 90ª Zona Eleitoral – Guaíba **certifique se o réu foi pessoalmente intimado da sentença, e, em caso negativo, para que proceda à sua intimação editalícia**.

Observa-se, ainda, que as contrarrazões recursais do MPE encontram-se incompletas, aparentemente por ter sido olvidada a digitalização do verso da **fl. 113 dos autos físicos** (fl. 127 do PDF). Tratando-se de peça não essencial ao processo, não há nulidade a ser reconhecida. Contudo, baixados os autos à origem em razão do disposto no parágrafo anterior, oportuno que se proceda à **integralização da página faltante aos autos eletrônicos**.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

Ademais, consta certificado nos autos que o defensor dativo nomeado pelo juízo de primeiro grau encontra-se licenciado da OAB-RS (ID 43142333). Nem na certidão, nem no sítio eletrônico da OAB-RS (<https://www2.oabrs.org.br/consultaCadastros>) está especificada a data de início do referido licenciamento.

Compulsando os autos observa-se que Felipe Souza Dias, inscrito na OAB/RS sob o nº 110521, aceitou o encargo de defensor dativo em 09.04.2019, apresentou defesa preliminar em 30.04.2019, participou de audiência de instrução em 01.10.2019, apresentou memoriais em 13.11.2019 e interpôs recurso em 22.01.2020 (fls. 59, 60-1, 83, 95, 96-100, 116 e 117-122 do PDF).

Neste grau de jurisdição, o eminente Des. Relator, diligentemente, determinou a intimação da DPU para acompanhamento da defesa, tendo havido o oferecimento de novas razões recursais (IDs 43547583 e 44868492).

Contudo, imprescindível à análise da regularidade processual seja **oficiado à OAB/RS para que informe a data de início do licenciamento**, a fim de que, comparando-se com as datas de atuação do advogado em primeiro grau, verifique-se a existência/validade dos atos processuais praticados.

II.2 – Preliminar de mérito.

Não há prescrição a ser reconhecida, porque o interregno entre o recebimento da denúncia (24.10.2018 – fl. 50 do PDF) e a publicação da sentença condenatória (considerada esta a data da assinatura eletrônica da decisão: 19.12.2019 – fl. 106 do PDF), e entre esta e a presente data, é inferior a três anos, prazo prescricional previsto pelo art. 109, VI, do Código Penal, quando a pena aplicada é inferior a um ano, caso dos autos.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

II.3 – Mérito.

Quanto ao mérito, deve ser integralmente **mantida a sentença condenatória**.

Samuel dos Santos Sawiak foi denunciado pelo Ministério Público porque no dia 02.10.2016, por volta de 15h35min, no portão de acesso à Escola Rui Coelho, em Guaíba, foi avistado por policiais militares entregando panfletos de propaganda do candidato a vereador Juliano Ferreira a eleitores e, ato contínuo, flagrado na posse de 101 “santinhos”, dos quais cerca de 4 ou 5 estavam em suas mãos e o restante no bolso da bermuda que trajava.

O fato encontra-se tipificado como crime pelo art. 39, § 5º, inciso III, da Lei nº 9.504/97, na seguinte redação:

Art. 39. A realização de qualquer ato de propaganda partidária ou eleitoral, em recinto aberto ou fechado, não depende de licença da polícia.

(...)

§ 5º Constituem crimes, no dia da eleição, puníveis com detenção, de seis meses a um ano, com a alternativa de prestação de serviços à comunidade pelo mesmo período, e multa no valor de cinco mil a quinze mil UFIR:

III - a divulgação de qualquer espécie de propaganda de partidos políticos ou de seus candidatos.

Conforme Rodrigo López Zilio (Crimes eleitorais, 3ª ed., São Paulo, JusPdvM, 2017, p. 244):

O art. 39, § 5º, inciso III, da Lei 9.504/97 estabelece o crime de divulgação, no dia da eleição, de propaganda de partidos políticos ou de seus candidatos.

(...)

A divulgação pressupõe uma conduta que faça a propaganda chegar ao conhecimento de outrem ou terceiro e pode ser realizada por qualquer forma (imprensa escrita, rádio, televisão, panfletos, internet, etc).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

O tipo penal em apreço não exige a prova de uma finalidade específica, bastando, tão somente, a vontade livre e consciente de divulgar qualquer espécie de propaganda de partidos ou candidatos no dia da eleição. Tampouco é exigido que eleitor, ao final, tenha o seu convencimento pessoal alterado pela ação delituosa levada a efeito pelo agente criminoso.

O autor ainda adverte que “(...) conforme a jurisprudência majoritária, o crime de divulgação de propaganda eleitoral no dia do pleito exige a comprovação da efetiva distribuição do material de publicidade ou abordagem ao eleitor (TRE-RS – Recurso Criminal n. 45 – Rel. Dr. Jorge Zugno – j. 15.12.2009; TRE-SC – Recurso Criminal n. 524 – Acórdão n. 20.554 – Rel. Dr. Volnei Tomazini)” (op. cit., p. 248).

No caso concreto, a autoria e a materialidade encontram-se consubstanciados no termo circunstanciado (fls. 9-11 do PDF), no boletim de ocorrência (fls. 1213 do PDF), no auto de apreensão de 101 panfletos (fl. 14 do PDF), na propaganda eleitoral encartada aos autos (fl. 15 do PDF) e no testemunho compromissado do policial militar que lavrou os documentos policiais (fls. 85-6 do PDF).

Transcreve-se o último, por sua coerência com os documentos policiais e a descrição pormenorizada do fato (fls. 85-6 do PDF):



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

JUIZA: Nome completo?

TESTEMUNHA: Cláudio Veiga Cavalheiro

JUIZA: Endereço?

TESTEMUNHA: Moro na Rua Adão Foques, 1223, bloco J, nº 340

JUIZA: Data de nascimento?

TESTEMUNHA: 18/07/1986

JUIZA: Profissão?

TESTEMUNHA: Policial Militar.

JUIZA: Conhece o SAMUEL SAVIAKI?

TESTEMUNHA: Tive contato uma vez só com ele.

JUIZA: Tá, o senhor promete dizer a verdade?

TESTEMUNHA: Sim.

JUIZA: Quando é que foi esse contato e como aconteceu?

TESTEMUNHA: Isso foi em uma eleição que eu estava de serviço, a minha área era Cohab/Santa Rita.

JUIZA: Aham

TESTEMUNHA: Eu e meus outros dois colegas avistamos ele entregando santinhos para o pessoal que estava entrando dentro do Cartório Eleitoral no portão lateral que é onde dá acesso ao colégio onde é o Rui Coelho, abordamos ele, com ele foram encontrados cento e um panfletinhos, conhecidos como santinhos, do candidato Juliano Ferreira.

JUIZA: E esses santinhos foram apreendidos?

TESTEMUNHA: Sim, foram apreendidos.

JUIZA: O que ele (SAMUEL SAVIAKI) disse na hora? Ele falou alguma coisa?

TESTEMUNHA: Sim, ele disse que não eram dele, porem a gente contou uns quatro ou cinco santinhos na mão dele, no bolso dele foi encontrado o restante

JUIZA: Bolso do quê?

TESTEMUNHA: Da calça.

JUIZA: Seriam santinhos como estes da folha onze que estão dentro deste plástico?

TESTEMUNHA: Sim, sim.

JUIZA: Ai vocês levaram ele para a Delegacia?

TESTEMUNHA: Não, fizemos o termo...

JUIZA: Fizeram o termo ali mesmo?

TESTEMUNHA: Ali mesmo.

JUIZA: Pegaram outras pessoas fazendo boca de uma ali naquele local?

TESTEMUNHA: Sim, sim, na data eu me lembro que o Rui Coelho e o Aglae kel, foi o que mais deu. Nas escolas.

JUIZA: Alguma pergunta?

MP: Nada.

JUIZA: Alguma pergunta Doutor?

DEFESA: Sem pergunta.

JUIZA: Então tá, está dispensado (a testemunha).



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

Diante da narrativa da testemunha, vê-se que não procede a alegação defensiva no sentido de que não estaria demonstrada a presença de eleitores no local. Com efeito, conforme especificamente mencionado pelo policial, “eu e meus outros dois colegas avistamos ele entregando santinhos para o pessoal que estava entrando dentro do Cartório Eleitoral”. Ademais, ato contínuo, o recorrente foi flagrado pelo mesmo policial com 4 ou 5 santinhos em mãos e mais de 90 santinhos no bolso da bermuda, tudo corroborando a efetiva prática do crime pelo qual foi processado.

Destarte, tendo restado comprovada a prática de fato típico, antijurídico e culpável, a manutenção da sentença condenatória é medida que se impõe.

III – CONCLUSÃO.

Ante o exposto, o **MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL** opina:

(1) preliminarmente, pela realização das seguintes diligências:

(1.1) baixa dos autos à origem, a fim de que o Cartório Eleitoral da 90^a Zona Eleitoral (1.1.1) certifique se o réu foi pessoalmente intimado da sentença, e, em caso negativo, proceda à sua intimação editalícia, na forma do art. 392, IV, do CPP; (1.1.2) promova a digitalização do verso da fl. 113 dos autos físicos e a inclua no PJE; e

(1.2) expedição de ofício à OAB-RS, para que informe a data de início do licenciamento de Felipe Dias Souza, inscrito naquela seccional sob o nº 110521; e

(2) no mérito, pelo desprovemento do recurso da defesa, a fim de que seja integralmente mantida a sentença condenatória.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL NO RIO GRANDE DO SUL

Porto Alegre, 10 de fevereiro de 2022.

José Osmar Pumes
PROCURADOR REGIONAL ELEITORAL